

Estudo Técnico Preliminar 51/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 59400005597202313

2. Descrição da necessidade

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

Este Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo contratar os serviços de execução do Plano de Gerenciamento Ambiental e da Gestão referente aos bens acautelados (arqueológicos e arquitetônicos) em âmbito federal nas áreas do empreendimento da Barragem Fronteiras, Crateús/CE, bem como o resgate de ocorrências dos sítios arqueológicos identificados além do acompanhamento arqueológico durante a fase de instalação do empreendimento., segundo Documento de Formalização da Demanda (DFD) DI (SEI nº 1546884).

As políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do semiárido nordestino, apesar de terem proporcionado alguns progressos, ainda não conseguiram melhorar substancialmente os indicadores sociais da região, que se situam entre os mais baixos do país.

Dessa forma, faz-se necessária a adoção de medidas capazes de melhorar a qualidade de vida da população da região e de reduzir a escassez de estrutura principalmente das comunidades rurais difusas do semiárido. As constantes secas provocam o colapso das atividades produtivas, o que impede a fixação do homem no campo e provoca a migração da população.

O DNOCS como ferramenta operacional do Governo Federal está proporcionando diversas ações relativas à infraestrutura rodoviária realizando uma melhoria nos acessos dessas das comunidades rurais difusas (localidades, povoados, distritos, etc.) às sedes municipais facilitando o escoamento da produção agrícola dessas regiões, proporcionando um incremento da qualidade de vida da população residente dessas comunidades na área de atuação do DNOCS.

Para que o DNOCS dê continuidade a esses objetivos, onde atualmente há uma grande carência de pessoal, decorrente de aposentadorias, dificultando que, as atuações necessárias ao bom desenvolvimento das ações da DI aconteçam no tempo previsto.

Com isso, visando então superar essa lacuna e fortalecer a capacidade de execução de seus programas e ações voltadas para o atendimento destinado ao objetivo do DNOCS conforme já explicitado em parágrafos anteriores, torna-se imperativo considerar a contratação de uma empresa de consultoria de engenharia, dotada de uma equipe técnica, qualitativa e quantitativamente adequada para compensar as perdas cada vez mais crescentes de engenheiros e técnicos, de modo a permitir que o DNOCS dê continuidade às suas ações voltadas para as comunidades mais carentes de infraestrutura.

Embora o acompanhamento e o monitoramento das ações integrantes sejam do DNOCS, constitui política do Órgão, a contratação de empresas de consultoria para subsidiá-lo no gerenciamento de tais ações sob sua circunscrição.

Sobre o assunto, prescreve o art. 117 da Lei nº 14.133/2021 de 01.04.2021 e suas alterações, com o seguinte teor:

Art. 117. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, **permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los** com informações pertinentes a essa atribuição. **[grifo nosso]**

§ 1º O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

§ 4º Na hipótese da contratação de terceiros prevista no **caput** deste artigo, deverão ser observadas as seguintes regras:

I - a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato;

II - a contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

Percebe-se, portanto, que a NLLC que disciplina as licitações e contratos administrativos no âmbito da administração pública, admite a contratação de empresas de consultoria para assessorar e complementar a ação fiscalizadora do órgão encarregado da execução de obras e serviços.

Portanto, este Estudo Técnico Preliminar abrangerá a contratação que tem como objetivo a prestação de serviços de consultoria de engenharia para EXECUÇÃO DO PLANO DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL E DA GESTÃO REFERENTE AOS BENS ACAUTELADOS (ARQUEOLÓGICOS E ARQUITETÔNICOS) EM ÂMBITO FEDERAL NAS ÁREAS DO EMPREENDIMENTO DA BARRAGEM FRONTEIRAS, CRATEÚS/CE, BEM COMO O RESGATE DE OCORRÊNCIAS DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS IDENTIFICADOS ALÉM DO ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO DURANTE A FASE DE INSTALAÇÃO DO EMPREENDIMENTO com os seguintes produtos:

PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL (PBA)

- PRODUTO-01 - PLANO DE GERENCIAMENTO (RMA)
- PRODUTO-02 - RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO AMBIENTAL (RAMA)

ARQUEOLOGIA

- PRODUTO-03 - PROJETO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO (PGPA);
- PRODUTO-04 - ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO DURANTE A FASE DE INSTALAÇÃO DO EMPREENDIMENTO
- PRODUTO-05 - RESGATE ARQUEOLÓGICO NAS ÁREAS DE OCORRÊNCIAS DE SÍTIOS E CURADORIA DE MATERIAL;
- PRODUTO-06 - FOTOGRAMETRIA DE ARTES RUPESTRES;
- PRODUTO-07 - PROSPECÇÕES E PERÍCIA COMPLEMENTAR.
- PRODUTO-08 - PROGRAMA INTEGRADO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL;

DOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES DA LEI nº 14.133/2021

Considerando a NOTA JURÍDICA n. 00024/2024/CAJ/PFE-DNOCS-SEDE/PGF/AGU (documento elaborado pela Procuradoria Federal do DNOCS que orienta a área técnica a compatibilizar os Estudos Técnicos Preliminares (ETP) ao que estabelece o art. 18 da LEI nº 14.133/2021.

Com isso, apresentaremos a seguir, nossa manifestação ao cumprimento por parte da Diretoria de Infraestrutura Hídrica (DI), responsável pela elaboração do ETP, do §1º inciso I do art. 18 da LEI nº 14.133/2021:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público; (ITEM 2 DO ETP DIGITAL)

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (PLANO DE CONTRATAÇÕES APENSADO NO PROCESSO)

III - requisitos da contratação; (ITEM 4 DO ETP DIGITAL)

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala; (ITEM 7 DO ETP DIGITAL)

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar; (ITEM 5 DO ETP DIGITAL)

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação; (ITEM 8 DO ETP DIGITAL)

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso; (ITEM 6 DO ETP DIGITAL)

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação; (ITEM 9 DO ETP DIGITAL)

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (ITEM 12 DO ETP DIGITAL)

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual; (ITEM 13 DO ETP DIGITAL)

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes; (ITEM 10 DO ETP DIGITAL)

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refulgos, quando aplicável; (ITEM 14 DO ETP DIGITAL)

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (ITEM 15 DO ETP DIGITAL)

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Infraestrutura Hídrica	Luiz Hernani de Carvalho Junior

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. A contratação correlaciona-se com os serviços técnicos especializados em Engenharia Consultiva cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA CONSULTIVA PARA EXECUÇÃO DO PLANO DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL E DA GESTÃO REFERENTE AOS BENS ACAUTELADOS (ARQUEOLÓGICOS E ARQUITETÔNICOS) EM ÂMBITO FEDERAL NAS ÁREAS DO EMPREENDIMENTO DA BARRAGEM FRONTEIRAS, CRATEÚS/CE, BEM COMO O RESGATE DE OCORRÊNCIAS DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS IDENTIFICADOS ALÉM DO ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO DURANTE A FASE DE INSTALAÇÃO DO EMPREENDIMENTO.

4.2. Avaliando-se que, de acordo com o planejamento anual de contratações do DNOCS, não há ocorrência de sobreposições ou duplicidade de objeto em relação à outros contratos em andamento gerenciados pela DI.

4.3. Os serviços não possui natureza continuada.

4.4. É possível realizar a subcontratação de parte dos serviços a serem contratados no limite de até 30% (trinta por cento). O Termo de Referência/Minuta de Contrato apresentarão quais serviços podem ser subcontratados.

4.5. Outros requisitos necessários ao atendimento da necessidade:

4.5.1. Poderão participar da licitação, empresas do ramo, individualmente ou em consórcio, que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes do Edital e seus anexos, que estejam previamente credenciados pelo SICAF (nível básico do registro cadastral) por meio do site: www.comprasnet.gov.br, para acesso ao sistema eletrônico.

4.5.2. Poderão participar empresas associadas em consórcio, devendo apresentar cláusula de responsabilidade solidária no Compromisso de Constituição de Consórcio a ser firmado pelos Licitantes e também no Contrato a ser celebrado pelo consórcio vencedor.

4.5.3. As microempresas ou empresas de pequeno porte (EPP) poderão participar desta licitação em condições especiais diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.5.4. A LICITANTE deverá se manifestar, em Declaração expressa, que cumpre plenamente todos os requisitos da habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

4.5.5. A participação implica que a LICITANTE aceita de forma plena e irrevogável do Ato Convocatório, bem como na observância dos regulamentos e normas administrativas e técnicas aplicáveis, observando-se o disposto no Edital e seus anexos e a responsabilidade pela autenticidade e fidelidade das informações e documentos apresentados em qualquer fase do processo.

4.6. O prazo de vigência contratual será de até 28 (vinte e oito) meses consecutivos, contados a partir da data de assinatura do contrato comprovado através de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

4.7. O prazo para execução dos serviços será de 24 (vinte e quatro) meses. O início da contagem será a partir da data de recebimento da primeira OS pela CONTRATADA emitida pelo DNOCS.

4.8. Os quantitativos dos serviços de consultoria de engenharia “execução do Plano de Gerenciamento Ambiental e da Gestão referente aos bens acautelados (arqueológicos e arquitetônicos) em âmbito federal nas áreas do empreendimento da Barragem Fronteiras, Crateús/CE, bem como o resgate de ocorrências dos sítios arqueológicos identificados além do acompanhamento arqueológico durante a fase de instalação do empreendimento” são estimados, e, desta forma, poderão ser ultrapassados ou não atingidos. A medição será feita com base nas quantidades realmente executadas e o pagamento será de acordo com o preço da planilha referência.

4.9. Deverá ser apresentado declaração do LICITANTE de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

4.10. O grau de eficiência da prestação dos serviços será verificado mediante avaliação mensal do gestor /fiscal do contrato. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as previsões da IN 05/2017. A CONTRATADA deverá, às suas expensas, dispor de todas as permissões, certificados e licenças requeridas por lei, a fim de poder executar os serviços do objeto. Deverá cumprir as leis nacionais, estaduais e municipais, que afetem os serviços de engenharia a realizar. Em particular, o trabalho deverá ser realizado com a máxima segurança para o pessoal que o execute, devendo serem cumpridas rigorosamente as normas vigentes, relativas à segurança e higiene de trabalho.

4.11. A contratação deverá prever, no que couber, práticas de sustentabilidade nos termos de atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente e do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU:

Brasil. Advocacia-Geral da União (AGU). Consultoria-Geral da União. Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. 6ª ed. Barth, Maria Letícia B.G.; Bliacheris, Marcos W.; Brandão, Gabriela da S.; Cabral, Flávio. G.; Clare, Celso V.; Fernandes, Viviane V. S.; Paz e Silva Filho, Pereira, Rodrigo M.; Santos, Murillo Giordan; Villac, Teresa. Brasília: AGU, setembro 2023

4.12. A solução de mercado exclusiva para a atendimento do objeto em tela é a contratação de empresa especializada em gestão e fiscalização de obras entre outros, que atendam às demandas da Diretoria de Infraestrutura Hídrica (DI).

4.13. As obrigações da CONTRATADA e do CONTRATANTE estarão previstas no futuro Contrato a ser celebrado.

5. Levantamento de Mercado

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1 Para essa contratação tomamos como base para definição de preços de referência os valores unitários praticados em sistemas oficiais de referência de preços, mais especificamente a Tabela de Preço de Consultoria do DNIT - Resolução nº 11, de 21 de agosto de 2020, conforme BDI a ser estabelecido na Planilha orçamentária da contratação.

5.2 O BDI a ser aplicado tem como base a Tabela de Preço de Consultoria do DNIT - Resolução nº 11, de 21 de agosto de 2020:



Diretoria de Planejamento e Pesquisa – DPP
Coordenação-Geral de Custos de Infraestrutura de Transportes – CGCIT

Tabela de Preços de Consultoria

Tabela 1 - Benefícios e Despesas Indiretas

Benefícios e Despesas Indiretas - BDI			
Despesas Indiretas		% sobre PV	% sobre CD
Administração Central	Variável - f (CD)	6,92	10,00
Despesas Financeiras	0,85% sobre (PV - Lucro)	0,78	1,13
Riscos	0,50% do PV	0,50	0,72
Seguros e Garantias Contratuais	0,10% do PV	0,10	0,14
Subtotal 1		8,30	11,99
Benefícios		% sobre PV	% sobre CD
Lucro	Variável - f (CD)	8,30	12,00
Subtotal 2		8,30	12,00
Tributos		% sobre PV	% sobre CD
PIS	1,65% do PV	1,65	2,39
COFINS	7,60% do PV	7,60	10,99
ISSQN*	5,00% do PV	5,00	7,23
Subtotal 3		14,25	20,61
Total - BDI (%)		30,84	44,60

(*) Limite máximo adotado de 5%, valor variável em função da legislação de cada município. As empresas licitantes deverão adotar as alíquotas pertinentes.

https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/planejamento-e-pesquisa/custos-e-pagamentos/custos-e-pagamentos-dnit/engenharia-consultiva-2/bdi/copy_of_bdi-tabela-de-precos-de-consultoria

6. Descrição da solução como um todo

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. O objetivo do presente Estudo Técnico de Preliminar - ETP é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA CONSULTIVA PARA EXECUÇÃO DO PLANO DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL E DA GESTÃO REFERENTE AOS BENS ACAUTELADOS (ARQUEOLÓGICOS E ARQUITETÔNICOS) EM ÂMBITO FEDERAL NAS ÁREAS DO EMPREENDIMENTO DA BARRAGEM FRONTEIRAS, CRATEÚS/CE, BEM COMO O RESGATE DE OCORRÊNCIAS DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS IDENTIFICADOS ALÉM DO ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO DURANTE A FASE DE INSTALAÇÃO DO EMPREENDIMENTO.

6.2. Logo após o Recebimento da Primeira Ordem de Serviço, a CONTRATADA providenciará ART no CREA-CE relativo aos serviços ora contratados e apresentará à FISCALIZAÇÃO do DNOCS juntamente com a relação dos Responsáveis Técnicos pela execução dos serviços que deverá estar em conformidade com a relação apresentada na proposta de habilitação. Qualquer modificação deverá ser aprovada pela FISCALIZAÇÃO do DNOCS.

6.3. Também deverão ser emitidas as ART's/RRT's no CREA-CE/CAU-CE da equipe técnica mobilizada.

6.4. As atividades objeto deste ETP, compreendem o desenvolvimento dos seguintes serviços:

PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL (PBA)

- PLANO DE GERENCIAMENTO (RMA)
- RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO AMBIENTAL (RAMA)

ARQUEOLOGIA

- PROJETO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO (PGPA);
- ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO DURANTE A FASE DE INSTALAÇÃO DO EMPREENDIMENTO
- RESGATE ARQUEOLÓGICO NAS ÁREAS DE OCORRÊNCIAS DE SÍTIOS E CURADORIA DE MATERIAL;
- FOTOGRAMETRIA DE ARTES RUPESTRES;
- PROSPECÇÕES E PERÍCIA COMPLEMENTAR.
- PROGRAMA INTEGRADO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL;

6.5. Outras informações importantes para que conhecimento da LICITANTE:

- Modalidade da Licitação: **CONCORRÊNCIA**
- Tipo de licitação: Técnica e Preço (70% Técnica e 30% Preço)
- Regime de Execução do Contrato: **Empreitada por Preço Unitário**
- Forma de Execução da Licitação: **Eletrônica**.
- Modo de Disputa: **Fechado**

6.6. DA ANÁLISE DA PROPOSTA TÉCNICA:

6.6.1. Ao que concerne a análise das propostas técnicas da empresa, conforme o art. 27 da IN 02/2023 SEGES/MGI, o exame observará as regras e as condições de ponderação e de valoração previstas em edital, e considerarão no mínimo, os seguintes quesitos com os respectivos pesos:

nº critério	Descrição	Peso	Pontuação da licitante no quesito técnica conforme critério
1	Acervo de Sustentabilidade	10%	1
2	Acervo e Tradição Técnica da Licitante	30%	2
3	Equipe Técnica Chave	40%	3
4	Conhecimento do Problema, Metodologia e Plano de Trabalho	20%	4

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. Os quantitativos serão calculados através de Planilha orçamentária a ser definida baseada no Termo de Referência para os serviços de de execução do Plano de Gerenciamento Ambiental e da Gestão referente aos bens acautelados (arqueológicos e

arquitetônicos) em âmbito federal nas áreas do empreendimento da Barragem Fronteiras, Crateús/CE, bem como o resgate de ocorrências dos sítios arqueológicos identificados além do acompanhamento arqueológico durante a fase de instalação do empreendimento contratados pelo DNOCS.

7.2. As memórias de cálculo e os documentos que lhe dão suporte para a futura gestão dos contratos de fiscalização de contratos devem estar contidas no presente processo e deverão atender aos requisitos da contratação (item 4 do presente estudo).

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 13.000.000,00

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. Estima-se o valor total de **R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais)**, com os seguintes critérios de aceitabilidade de preços. Os valores têm como base cotações de preços de mercado e Tabela de Preços Oficiais do DNIT - SICRO.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. Não se justifica a divisão do objeto por se tratar de trabalho técnico (fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços), cuja execução dos serviços previstos não exigem diversidades incomuns de conhecimentos técnicos. Além disso, as atividades que serão executadas se complementam, não sendo, portanto, tecnicamente viável sua divisão. Portanto, a contratação única, gera maior potencial de ganho de economia de escala, ainda, facilita o gerenciamento, a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços.

9.2. Entretanto, para aumentar o número de participantes em potencial, o edital admite a participação de empresas em consórcio.

9.3. Portanto, tal medida, permite racionalizar os custos com pessoal dedicado às atividades de planejamento da contratação, de escolha do fornecedor e de gestão e fiscalização do contrato, em consonância com os princípios constitucionais da economicidade e da eficiência, **bem como de um serviço a ser executado com a qualidade exigida pela Normas de engenharia.**

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1. A contratação está alinhada com o Planejamento Estratégico do DNOCS em conformidade com o Regimento Interno e legislação vigente.

11.2. A presente contratação está inserida no Plano Anual de Contratações do DNOCS conforme documento SEI nº 1622302.

11.3. O tipo de serviço a ser utilizado deve ser acompanhado por um engenheiro habilitado. O serviço caracteriza-se como “serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual” uma vez que tem por objeto a fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços, nos termos da Lei n.º 14.133/21, art. 6º, inciso XVII, alínea d.

11.4. A implantação desses serviços tem ainda o objetivo de se fazer cumprir o compromisso do Governo Federal de adotar, conforme Plano Plurianual de Governo, padrões de vida mais digno, principalmente nos campos da saúde, educação, transporte e água potável.

11.5. Sobre a política pública a que esteja vinculada a presente contratação, trata-se de uma demanda da Direção Geral do DNOCS diante das emendas parlamentares que a cada exercício é encaminhado para o DNOCS. A ação orçamentária que baseia essa contratação está disponibilizada na Lei Orçamentária Anual de 2024 com os seguintes dados:

- Ação 18 544 2321 11AA 0023: Construção da Barragem Fronteiras - No Estado do Ceará

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1. A presente aquisição busca desenvolver ações referentes a execução do Plano de Gerenciamento Ambiental e da Gestão dos bens acautelados (arqueológicos e arquitetônicos) em âmbito federal nas áreas do empreendimento da Barragem Fronteiras, Crateús/CE, bem como o resgate de ocorrências dos sítios arqueológicos identificados além do acompanhamento arqueológico durante a fase de instalação do empreendimento.

12.2. As medidas, planos, programas e projetos ambientais que compõem o Plano Básico Ambiental (PBA) do empreendimento têm a finalidade de determinar e propor soluções para prevenir, mitigar e compensar os impactos provenientes das obras da Barragem Fronteiras.

12.3. As orientações e premissas apresentadas no Programa de Gerenciamento Ambiental das obras deverá compor um elenco de recomendações a serem adotadas desde o início das obras até seu encerramento e desmobilização, sendo apresentadas segundo as etapas e ações integrantes das obras, considerando a execução prevista nesse Termo de Referência do Plano Básico Ambiental - PBA.

12.4. As ações referentes a execução do Plano de Gestão Arqueológico visam:

- Elaboração do Projeto de Acompanhamento Arqueológico, visando o acompanhamento das obras (terraplenagem e desmatamento do reservatório e demais atividades de movimentação de terra);
- Prospecção e resgates arqueológicos;
- Programa Integrado de Educação Patrimonial, com as populações locais e a comunidade escolar;
- Acompanhamento das Obras, com prospecção intensiva de subsuperfície na área de Jazidas e desmatadas.

12.5. A expectativa do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e sua vinculada, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), é de que a contratação desses serviços ajudem a dar transparência no uso eficiente dos recursos públicos e a implementação de suas ações além de mudar o cenário socioeconômico, com geração de empregos, renda e melhor qualidade de vida para a população beneficiada estará zelando pela valoração do patrimônio existente em sítios ou áreas de interesse arqueológico e como também promovendo respeito e preservação ao meio ambiente.

13. Providências a serem Adotadas

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1 Não se verifica, em termos de capacitação ou infraestrutura, qualquer providência necessária para a contratação. Com isso, essa contratação realizada habitualmente no DNOCS, não havendo no momento, necessidade de adequação do ambiente do órgão.

13.2 O Termo de Referência será composto pelo modelo elaborado pela AGU.

13.3 Sob a ótica dos trâmites administrativos, verifica-se a necessidade de nomeação de uma comissão técnica para avaliação das propostas no certame, bem como equipe de fiscalização do contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1 A execução do Plano de Gerenciamento Ambiental e da Gestão dos bens acautelados (arqueológicos e arquitetônicos) em âmbito federal nas áreas do empreendimento da Barragem Fronteiras, Crateús/CE, bem como o resgate de ocorrências dos sítios arqueológicos identificados além do acompanhamento arqueológico durante a fase de instalação do empreendimento não têm correlação com atividades relacionadas com potencial poluidor degradador de alto ou médio impacto.

14.2. Ressaltamos que a contratação deverá prever, no que couber, práticas de sustentabilidade nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 e 02/2014, bem como os atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

O ETP propõe-se atender a desenvolver ações referentes a preservação do meio ambiente implementando medidas, planos, programas e projetos ambientais que compõem o Plano Básico Ambiental e promover a gestão dos bens acautelados (arqueológicos e arquitetônicos) em âmbito federal nas áreas do empreendimento da Barragem Fronteiras, Crateús/CE, bem como o resgate de ocorrências dos sítios arqueológicos identificados além do acompanhamento arqueológico durante a fase de instalação do empreendimento.

Essas ações visam atender a Legislação ambiental vigente como também as recomendações do IPHAN.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JACKSON OLIVEIRA CARVALHO

Chefe da Divisão de Obras



Assinou eletronicamente em 21/01/2025 às 12:36:00.

LUIZ HERNANI DE CARVALHO JUNIOR

Diretor de Infraestrutura Hídrica



Assinou eletronicamente em 21/01/2025 às 13:35:46.